



FECOMERCIÁRIOS

Federação dos Comerciantes do Estado de São Paulo

MULHER
VALORIZADA
COMERCIÁRIA
FORTELECIDA

BASTA



FECOMERCIÁRIOS



Fonte:
Secretaria de
Políticas para
as Mulheres

LEI MARIA DA PENHA

**Conheça a lei que protege
as mulheres**



Maria da Penha

Decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006, a lei entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006. Desde a sua publicação, a lei é considerada pela Organização das Nações Unidas como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres.

Além disso, segundo dados de 2015 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a lei Maria da Penha contribuiu para uma diminuição de cerca de 10% na taxa de homicídios contra mulheres praticados dentro das residências das vítimas.

A ementa da lei diz:

"Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

Para saber mais sobre Maria da Penha e seu trabalho, acesse: www.institutomariadapenha.org.br

Quem foi Maria da Penha?

Farmacêutica cearense Maria da Penha Maia Fernandes é o marco recente mais importante da história das lutas feministas brasileiras.

Em 1983, enquanto dormia, recebeu um tiro do então marido, Marco Antônio Heredia Viveiros, que a deixou paraplégica. Depois de se recuperar, foi mantida em cárcere privado, sofreu outras agressões e nova tentativa de assassinato, também pelo marido, por eletrocução. Procurou a Justiça e conseguiu deixar a casa, com as três filhas.

Depois de um longo processo de luta, em 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.340, conhecida por Lei Maria da Penha, que coíbe a violência doméstica contra mulheres.

Todo o processo começou no Centro pela Justiça pelo Direito Internacional (Cejil) e no Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem). Os dois órgãos e Maria da Penha formalizaram uma denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) contra o então marido dela, o colombiano Heredia Viveiros.

Paralelamente, houve um grande debate após apresentação de proposta feita por um consórcio de ONGs (Advocacy, Agende, Cepia, CFEMEA, Cladem/Ipê e Themis), que ganhou grande repercussão internacional e colocou as autoridades do País em xeque.

A discussão então chegou ao governo federal, coordenada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Formou-se um grupo de trabalho formado por representantes de diversos ministérios, responsáveis pela elaboração de um projeto de lei,

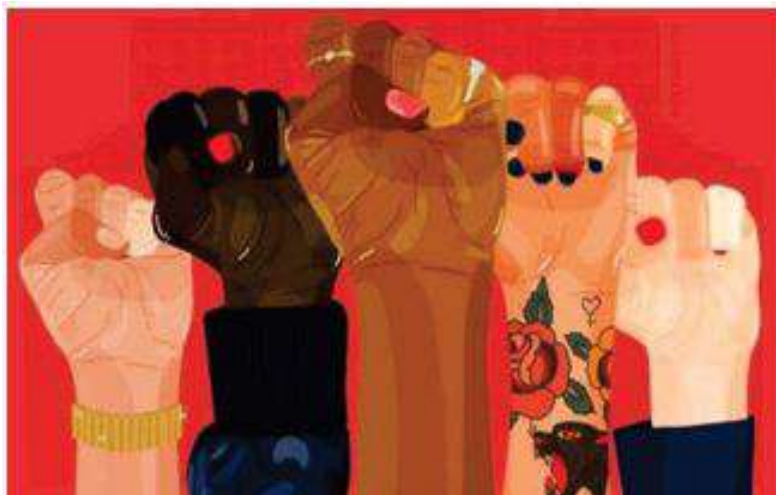
encaminhado ao Congresso Nacional.

Antes da sanção da lei, em 2005, foram realizadas muitas audiências públicas para preparar o texto que criasse mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

Também foi sugerida a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; além da alteração do Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal. A Lei Maria da Penha entrou finalmente em vigor.

Nove anos depois da segunda tentativa de assassinato, Heredia foi condenado a oito anos de prisão. Por meio de recursos jurídicos, ficou preso por dois anos. Está livre desde 2002. Hoje vive em Natal (RN).





Histórias para nos inspirar.

Frida Kahlo, Marie Curie, Rosa Parks, Malala Yousafzai, Valentina Tereshkova. Mulheres de diferentes nacionalidades, nascidas em diferentes épocas, exercendo diferentes profissões, mas todas com um ponto em comum: todas, em algum ponto da história, quebraram o tabu de que "pertencer ao sexo feminino, é pertencer a

um sexo frágil". Assim, surpreenderam - e revolucionaram - ideais com seus feitos.

No entanto, muitas vezes, frente à essas referências internacionais, acabamos não nos dando conta de que aqui no Brasil também existiram mulheres importantíssimas, que lutaram contra os estereótipos que lhes foram impostos e revolucionaram o cenário pátrio em diversos aspectos. Chegou a hora de dar voz a essas incríveis heroínas nacionais, que infelizmente, não tiveram tanto mérito em suas épocas, mas realizaram grandes - e muitas vezes, chocantes-episódios mostrando que o verdadeiro lugar da mulher é onde ela quiser.

Maria Bonita

A famosa esposa do cangaceiro Lampião, foi, acima de tudo, uma mulher corajosa, que como muitas outras, rompeu diversos paradigmas sobre o sexo feminino. Nascida no Dia Internacional da Mulher (8 de março), viveu numa época de coronelismo e desigualdades sociais. Largou tudo para acompanhar Lampião e foi a primeira mulher a entrar no cangaço, representando uma luta contra a submissão feminina

reconhecida até hoje. Assim, o Movimento Feminista de Roma, elegeu-a em 1981, Símbolo do Dia Internacional da Mulher.



Fonte: Google



Rita Lee

Assim como as décadas do Modernismo brasileiro, os anos 60 e 70 foram terrenos férteis para revolucionar as atitudes das mulheres brasileiras. Talvez, sem Tarsila e Pagu, Rita Lee não tivesse a independência mínima para instigar e promover mais liberdade. Conhecida como a Rainha do Rock Nacional, a cantora foi uma das principais vozes de artistas que deram voz ao movimento tropicalista, revolucionando a música brasileira. Roqueira e biscate, Rita com certeza é até hoje reconhecida por quebrar uma série de tabus em sua juventude sobre "meninas educadas e bem-comportadas". Usuária de drogas, cantora, livre, sem papas na língua: ela mesma.

Dandara

O povo negro sofreu em diversos cantos do mundo para atender à interesses lucrativos de inúmeros proprietários. Entretanto, lutaram bravamente para se verem livre dessa condição desumana de escravidão. No Brasil colonial, certamente, a principal forma de resistência foram os quilombos - grandes comunidades de negros foragidos que realizavam ataques à propriedades para libertar seus irmãos de cor. O Quilombo dos Palmares foi o mais conhecido nesta luta contra o regime escravocrata, sob a liderança de Zumbi - o qual todos nós já ouvimos falar. O que muita gente não sabe, é sobre sua esposa, Dandara, que representou uma importante liderança feminina no movimento. Ainda que não se tenha muitos detalhes sobre sua história, sabe-se que ela era uma verdadeira guerreira: sabia lutar capoeira, manejar armas e não fugia à brigas (pelo contrário, estava à frente delas). Sua imagem é geralmente associada a ideais de força e liberdade, de mulher forte e decidida.

Fonte: Google





Tarsila do Amaral

Um dos principais nomes da primeira fase do Modernismo brasileiro na década de 20 - que por si só já foi um movimento artístico de quebra de padrões e revolução, tanto para a arte, quanto para as mulheres que o aderiram, Tarsila do Amaral é só a autora da obra brasileira mais valorizada da história: Aboporu, avaliada em quase U\$3 milhões. Além disso, Tarsila, se dedicando profissionalmente à arte, quebrou diversos paradigmas de sua época ao viajar e tomar conta de sua própria carreira e nariz.

Pagu

Não é à toa que Patrícia Rehder Galvão, mais conhecida como Pagu, recebe o título de musa da liberdade. Jornalista, escritora, poeta, diretora de teatro, cartunista e, sobretudo, militante, Pagu foi, sem dúvidas, um ícone na luta de gêneros na década de 30. Além de sua grande produção intelectual (que, entre outros temas de libertação sexual e feminina, criticava o casamento e tentava fazer com que as mulheres entendessem que não eram propriedades dos maridos), ela contribuiu com atitudes próprias para que pudéssemos ser o que somos hoje: casouse com um homem muito mais velho e

divorciado, participou de greves e viajou deixando maridos e filhos no Brasil - mostrando a independência do sexo feminino numa sociedade extremamente conservadora e oligárquica. Ademais, foi a primeira mulher a ser presa no país em razão de questões políticas.



Fonte: Google

Marta

Detentora do título de melhor jogadora de futebol do mundo por seis anos consecutivos, Marta revolucionou o esporte brasileiro com este feito inédito. Nem Pelé e nem Ronaldo conseguiram tal façanha. A alagoana também carrega os destaques de maior artilheira da Seleção Brasileira (contando a masculina e a feminina) e de maior artilheira da Copa do Mundo de Futebol Feminino.



Fonte: Google

Leolinda Daltro



Foi a fundadora do Partido Republicano Feminino, em 1910, e por isso é considerada uma das pioneiras do feminismo no Brasil. Lutou pelas causas indígenas e pela autonomia das mulheres, e por ter se separado do marido para viajar ao interior do país em prol da alfabetização laica dos índios, era chamada nas ruas de "a mulher do diabo" - e num país conservador e majoritariamente católico, isto significava ser separada, ousada, discorrer sobre

Folheto de sua campanha à Assembleia Constituinte

política, ser feminista assumida, ter amizades masculinas, questionar a religião vigente, reclamar o voto, doutrinar. Durante toda sua vida como ativista política feminista, Leolinda teve que lidar com uma das piores armas contra a voz de uma mulher: o ridículo. Nas ruas era gozada, aturava ironias e risadas e era chamada de ingênua, por uma luta "digna de dó". No entanto, isso não a abateu, e em 1932, três anos antes de falecer, declarou-se uma mulher feliz e plena por saber que o voto feminino estava instituído. Em 2013, o estado do Rio de Janeiro criou o Diploma Mulher Cidadã Leolinda de Figueiredo Daltro, premiando a cada ano, dez mulheres de destaque na defesa dos direitos e da representação feminina.

Fonte: Google

Chiquinha Gonzaga

Além de ter sido a primeira mulher a reger uma orquestra no país, foi a compositora da primeira marchinha de carnaval da história, em 1889: "Ó, abre alas". Foi contra a monarquia, lutou pela abolição da escravatura, largou o marido, criou dois filhos sozinha e compôs mais de mil músicas. 17 de outubro, data de seu nascimento, é comemorado o Dia Nacional da Música Popular Brasileira.

Fonte: Google



Roberta Close

Apesar de famosa, a luta de Roberta teve outro caminho: o de emponderamento e visibilidade para a causa LGBTQ numa época em que ninguém falava sobre isso. E tudo porque foi a primeira celebridade brasileira transexual. Operou-se na Inglaterra em 89, e lutou para mudar de nome legalmente e ser reconhecida como mulher - o que só conseguiu em 2005.

Fonte: Google

Marielle

Foi uma socióloga, política, feminista e defensora dos direitos humanos brasileira. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro para a Legislatura 2017-2020, durante a eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação. Crítica da intervenção federal no Rio de Janeiro e da Polícia Militar, denunciava constantemente abusos de autoridade por parte de policiais contra moradores de comunidades



carentes. Em 14 de março de 2018, foi assassinada a tiros junto de seu motorista, Anderson Pedro Mathias Gomes, no Estácio, Região Central do Rio de Janeiro.

Fonte: Google

Nísia Floresta Augusta



Considerada a precursora do feminismo no país, Nísia Floresta Augusta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885), foi educadora e sobretudo, escritora. Sem dúvida, um de seus maiores feitos foi ser provavelmente a primeira mulher a publicar textos em jornais brasileiros, numa época em que a imprensa ainda era primitiva no cenário nacional. Além disso, é reconhecida por alfabetizar meninas e mulheres; por ser diretora de um colégio de moças no Rio de Janeiro; por escrever livros sobre a valorização do direito das mulheres, escravos e índios e por ser a tradutora do manifesto feminista de Mary Wollstonecraft, "Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens".

Fonte: Google

COMO DENUNCIAR A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Por meio do **Disque 180**, a mulher receberá apoio e orientações sobre os próximos passos para resolver o problema. A denúncia é distribuída para uma entidade local, como a **Delegacias de Defesa da Mulher (DDM)** ou **Delegacia Especial de Atendimento a Mulher (DEAM)**, conforme o estado.

"O órgão encaminhará para os outros equipamentos de atendimento e acolhimento e dará o suporte desde a parte do acesso à Justiça, quanto acolhimento e abrigo sigiloso se houver necessidade, conforme determinado na Lei Maria da Penha", explica a promotora. A rede protetiva dos direitos da mulher é composta por um sistema integrado formado por organizações sociais e órgãos públicos como a Defensoria Pública e Ministério Público.

Quando não houver uma delegacia especializada para esse atendimento na região do fato ocorrido, a vítima pode procurar uma delegacia comum, onde deverá ter prioridade no atendimento. Se estiver no momento de flagrante da ameaça ou agressão, a vítima também pode ligar para 190 ou dirigir-se a uma Unidade Básica de Saúde (UBS), onde há orientação para encaminhar a vítima para entidades competentes.